

JAIRO MARQUES

Compreender a
surdez ajuda não
só no Enem, mas
na vida **Cotidiano B4**

Enem pede direitos humanos em redação sobre educação de surdos

Mesmo após controvérsia, prova demandava proposta de intervenção que respeitasse direitos

Para especialista, tema exigia conhecimentos específicos; prova foi mais difícil que o habitual, diz professor

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

Marcado por uma controvérsia sobre direitos humanos, o Enem deste ano teve novamente uma proposta de redação relacionada ao tema.

A prova pediu um texto dissertativo sobre “desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, no qual os candidatos deveriam apresentar uma “proposta de intervenção que respeite os direitos humanos”.

O tema está alinhado com o das edições anteriores do exame. Das últimas 19, 11 tratavam de algum assunto relacionado a direitos humanos.

Neste ano, porém, decisão judicial proibiu que redações fossem anuladas por desrespeito a esses direitos. A decisão atendeu pedido do grupo Escola Sem Partido sob a justificativa de defesa da liberdade de expressão.

Presidente do Inep, instituto que aplica o exame, Maria Inês Fini afirmou que o pedido da redação é coerente com uma das cinco competências do exame: “Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos”.

O que foi questionado judicialmente não foi essa competência, mas o item que tratava de motivos de anulação da prova, argumentou.

Assim, estudantes ainda podem zerar em um dos critérios de correção ao desrespeitar os direitos humanos, o que faria a nota cair 20%.

TEMA

A escolha do tema do ensi-



Alunos chegam na Uninove da Barra Funda (zona oeste de São Paulo) para o primeiro dia do Enem, que teve redação

no de surdos ocorreu na primeira edição do Enem em que candidatos com deficiência auditiva tiveram acesso a uma Videoprova, com tradução em Libras.

Para Sérgio Paganin, professor do Anglo de São Paulo, o tema dá uma vantagem especial a candidatos com boa capacidade de leitura. “Por ser um assunto que os alunos dominam pouco, espera-se que a coletânea de textos de apoio ajude o candidato a construir uma reflexão.”

O material de apoio incluía a lei que trata da questão, um gráfico mostrando a queda no número de alunos surdos na educação básica, um texto sobre a história do ensino a pessoas com a deficiência e um anúncio sobre a discriminação desse público por empresas. Não havia menção a estratégias de ensino adotadas.

Especialista em educação inclusiva, Maria Teresa Mantoan, professora da **Unicamp**, diz ser interessante chamar atenção para a inclusão. Por outro lado, pondera, o ensino de surdos envolve conhecimentos específicos não dominados por grande parte dos alunos brasileiros.

A educadora Mônica Amoroso pontua ainda que há uma grande diversidade entre os alunos com a deficiência, o que demanda diferentes abordagens (leia ao lado).

“Alunos surdos filhos de pais ouvintes muitas vezes chegam à escola sem língua alguma, nem a de sinais nem o português. Já a situação de crianças que perdem a audição após aprender português é totalmente diversa”, afirma. Ainda assim, ela aprovou a proposta, por exigir argumentação sobre a inclusão.

O tema surpreendeu os

candidatos. “Acho que nunca tinha lido sobre o assunto”, afirmou Denis Jarbas, 21.

Glória Pereira, 17, que também foi pega desprevenida, disse que conseguiu desenvolver seu argumento, de que não há esforço contundente do governo para incluir surdos, com base no que sabia e nos textos de apoio.

PROVA

Além da redação, a prova deste domingo teve também questões sobre ciências humanas e linguagens.

Para Paulo Moraes, diretor de ensino do Anglo Vestibulares, o exame de geografia foi bem feito, e o de português, denso. Na sua avaliação, a prova foi mais difícil que as de anos anteriores. “Era preciso estar ligado em atualidades. Subiu-se um pouco a régua.”

Para Célio Tassinato, coordenador pedagógico da Ofi-

cina do Estudante, de Campinas (SP), a prova foi carregada de questões sobre direitos humanos. O tema que esteve no centro do debate nos dias anteriores ao Enem apareceu em perguntas sobre a declaração universal dos direitos humanos e terras indígenas.

“A diversidade de linguagens, contemplando vários gêneros, como poesia, propaganda e imagens, também foi uma marca desta prova. O aluno que se preparou para lidar com essas diferentes linguagens se saiu melhor”, afirma Tassinato.

Entre os textos de apoio às questões, havia músicas de Chico Buarque e Racionais, além de trechos de José Saramago e Clarice Lispector. Perguntas de ciências humanas abordaram, por exemplo, as medidas do corpo da Barbie e a apropriação de elementos do cangaço pela moda.

OPINIÃO

Compreender a realidade do outro ajuda não só na prova, mas na vida

JAIRO MARQUES
DE SÃO PAULO

Para quem labuta por mais inclusão no país, principalmente a inclusão na escola, o tema da redação do Enem foi motivo para festa com banquete, uma vez que coloca os desafios da deficiência, com ênfase na sensorial, no centro das atenções de milhares de jovens postulantes a vagas nas principais universidades brasileiras.

Isso sem falar que arrasta o assunto por pelo menos um ano para holofotes de cursos, reuniões familiares e discussões entre amigos.

Por outro lado, a empreitada de escrever sobre assunto cheio de nuances e tão pouco presente nos calorosos embates da atualidade pode ter exposto candidatos a riscos de cometerem uma série de impropriedades, como achar que todo surdo precisa aprender libras, que escolas “só para eles” seriam solução, que a língua de sinais é uma reles transformação da língua portuguesa em sinais, entre outros.

Surdos, assim como qualquer “serumano”, têm peculiaridades, capacidades, inclinações. Há o que precisa de legendas (domina a língua portuguesa, faz leitura labial e é chamado oralizado), há o que para compreender uma mensagem precisa de janela de tradução para a língua de sinais.

A solução que pode ter salvado o estudante do vexame é o amparo em textos de apoio (embora eles fossem fracos e incompletos).

A nota dez, porém, deve ser reservada a quem conseguir desenhar a necessidade de uma escola para todos, que vislumbre o amparo tecnológico como mecanismo de apoio em sala de aula, que defenda a ampliação maciça do ensino de libras.

A questão ultrapassa o debate dos direitos humanos, e imagino ser um tanto arriscado ao candidato que defendeu que esse público precisa “se virar” para ser gente. Surdos são amplamente amparados pela Lei Brasileira de Inclusão em suas demandas diversas, com ênfase à educação digna.

Se um professor “acertou” o tema com precisão, uma vez que até 2016 o Inep, organizador do exame, desconhecia a necessidade da prova com devido amparo para surdos, deve ser ovacionado.

Mas ante o possível desespero de “não saber nada sobre o assunto” e ter dançado, vale pensar que quem exercita a prática de tentar compreender a realidade do outro, procurando entendê-la e auxiliá-la, poderá se dar bem não só no Enem, mas em todos exames que pretendam abrir portas de oportunidades durante toda a vida.